

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: QUEBRANDO PARADIGMAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Carolina Oliveira Dias¹

Danilo Pedro Jovino²

Ronaldo Bernardino Colvero³

Resumo:

O presente projeto tem por objetivo analisar as relações entre os jovens do ensino médio de São Borja com a realidade social indígena, possibilitando a discussão sobre políticas públicas para a juventude e para as comunidades indígenas, a fim de promover uma interação saudável entre estas comunidades. Estas discussões permitem o desenvolvimento da consciência crítica em São Borja, cidade pertencente a uma região conhecida como dos antigos Sete Povos Missionários. O município possui raízes indígenas que necessitam ser estudadas e discutidas afim de serem lembradas e vistas apenas como história, mas também como sendo atuais. Verifica-se a ausência aldeias indígenas no entorno da cidade, o que agrava este quadro, pois distancia a população de uma realidade que está presente em outras cidades da região. O projeto é desenvolvido a partir da contribuição teórica da Educação Popular, desenvolvida por Paulo Freire, que consiste em aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de temas geradores do cotidiano dele, se dando de maneira interdisciplinar, sendo um estudo qualitativo e quantitativo. Contando com 21 participantes, a primeira etapa contando com um questionário para coleta de dados e direcionamento dos temas a serem debatidos durante as oficinas da segunda etapa. O projeto também abrange as questões de igualdade de gênero, de racismo contra negros e preconceito para com indígenas e imigrantes, aumentando a abrangência e o desenvolvimento dos debates ao tratar amplamente de empatia social e respeito em todos os campos sociais. Debater estes temas em sala de aula é fundamental para a compreensão do complexo social e para a discussão de políticas públicas que abranjam diferentes etnias, sem, contudo, alterar seus aspectos de vida. Este trabalho tornou possível construir um perfil atual do jovem estudante do ensino médio de São Borja, para então repensar o quanto evoluiu ou regrediu a participação da juventude nas questões políticas no Brasil, especialmente em temas que envolvem o desenvolvimento social do país e da comunidade em que habitam.

Palavras-chave: educação, cidadania, indígena, extensão

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO ADMIRÁVEL MUNDO NOVO:
QUEBRANDO PARADIGMAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO**

¹ Aluno de graduação. carolinaoliveira164@gmail.com. Autor principal

² Aluno de Pós-Graduação. danilop.gda@gmail.com. Co-autor

³ Docente. ronaldocolvero@unipampa.edu.br. Orientador

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: Quebrando Paradigmas Através da Educação

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito desenvolver uma análise a respeito do projeto de extensão “ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: Quebrando Paradigmas Através da Educação” que tem por objetivo geral analisar as relações entre os jovens do terceiro ano do Ensino Médio do Instituto Padre Francisco Garcia de São Borja com a realidade social indígena. Possibilitando a discussão sobre políticas públicas para a juventude e para as comunidades indígenas, a fim de promover uma interação saudável entre estas comunidades, auxiliando na relação sociedade-governo. Estas discussões permitem o desenvolvimento da consciência crítica em São Borja, cidade pertencente a região dos antigos Sete Povos Missionários. O município possui raízes indígenas que, se não estudadas e discutidas, tendem a ser esquecidas ou tratadas pura e simplesmente como história. Este quadro pode se tornar ainda pior quando verificamos que não há aldeias indígenas no entorno da cidade, o que distancia a população de uma realidade que está presente em outras cidades da região. Para maior abrangência do projeto, utilizamos temas transversais, como por exemplo questões referentes a diversidade. No intuito de instigar maior participação e interesse dos participantes nos debates, também foi abordado a questão de desigualdade de gênero, do racismo contra negros e preconceito para com indígenas e imigrantes, acrescentando ao desenvolvimento dos debates ao tratar amplamente de empatia social e respeito no que tange a diversidade étnica e cultural do Brasil. É relevante abordar estes temas durante a execução do projeto em São Borja por ser uma cidade conhecida popularmente por ter, historicamente, fortes raízes patriarcais, e demonstrar altos índices de violência contra a mulher. Além disto, a cidade recebe um grande número de imigrantes, principalmente de origem árabe. Abordando estes assuntos, torna-se possível quebrar uma consciência ingênua a respeito da gravidade dos temas referentes ao feminicídio e a xenofobia.

Cabe ressaltar como parte importante do desenvolvimento do projeto, que ao longo do século XXI, alguns dispositivos legais foram sancionados para que se pusesse obrigatoriamente em pauta a educação indígena, bem como a discussão sobre a presença das inúmeras etnias que compuseram a sociedade brasileira desde a colonização. Nesse sentido, por exemplo, em 2008, alterou-se o Artigo 26, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o qual passou a ter a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (D.O.U., nº 48, 11/03/2008, p. 1)

Assim, governos estaduais e municipais foram incitados a proporcionar meios na educação do ensino fundamental e médio para que os alunos tivessem contato com culturas muitas vezes escamoteadas do complexo cenário social. Posteriormente, na LDBEN (Lei 9.394, de 20/12/1996), ficou decidido que o Estado deve proporcionar um ambiente no qual os aspectos étnico-culturais sejam ressaltados, oferecendo educação bilíngue aos indígenas, procurando garantir que estes possam manter suas tradições e crenças. Todos esses

elementos salientam a necessidade do Estado em focar também as comunidades indígenas como cidadãos brasileiros, respeitando e valorizando seus elementos culturais próprios, pois constituem parte fundamental na organização social.

Tratar destes temas em sala de aula, especialmente no ensino médio, onde os alunos já possuem uma visão política mais desenvolvida, torna-se fundamental para a compreensão do complexo social e para a discussão de políticas públicas que abranjam diferentes etnias, sem, contudo, alterar seus aspectos de vida, as quais permaneceram por tanto tempo alijadas das decisões estatais. É preciso destacar que, uma parcela expressiva desses jovens faz parte do ensino público estadual, de escolas da periferia da cidade, e estão, de certa forma, desarticulados do universo político do município.

O projeto pretende possibilitar aos participantes, elementos que os levem a refletir sobre diversas questões sociais em que estão inseridos, através de conceitos e debates pela proposta de educação libertadora, proporcionando um caráter reflexivo e formador, criando cidadãos mais conscientes e críticos, participativos na política local, aprimorando a comunidade da qual fazem parte. Além disto, planeja analisar e debater as ações do Estado em relação às políticas públicas direcionadas para a educação e desenvolvimento da cidade em diversos aspectos, incluindo o cultural. Finalmente, o projeto proporciona uma maior integração da UNIPAMPA à comunidade de São Borja, cooperando para o desenvolvimento de uma cidadania participativa.

Este projeto é desenvolvido a partir da contribuição teórica da Educação Popular, desenvolvida por Paulo Freire, uma educação comprometida e participativa, orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do cidadão, contrariamente a educação imposta friamente desde o século XVI visando a formação de mão de obra barata com certo nível de especialidade demandada pelo capitalismo, que carrega como valores a disciplina e a individualidade. A educação popular se baseia no saber da comunidade, incentivando a formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do sujeito. Seu método consiste em aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele.

2 METODOLOGIA

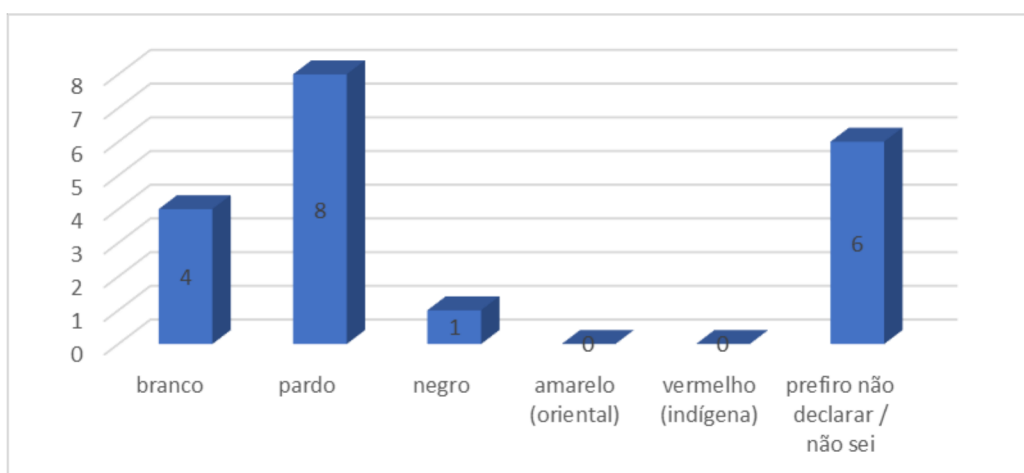
O projeto foi desenvolvido de maneira interdisciplinar, sendo um estudo qualitativo e quantitativo, englobando as disciplinas de ciências humanas ministradas em sala de aula pelos professores da rede pública de ensino, sendo o eixo principal a discussão dos temas relacionados às etnias indígenas e as políticas públicas aplicadas a elas. Ao total o projeto conta com 21 estudantes da turma 311 do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia – São Borja, RS. A primeira etapa do projeto conta com a coleta de dados a partir de um questionário para avaliação do perfil dos jovens, eixo para conduzir a organização e a prática das atividades a serem desenvolvidas na segunda etapa. A segunda etapa consiste em debates e oficinas que serão organizados com os alunos, pretendendo conscientizá-los politicamente do seu papel como cidadãos, visando debater acerca das políticas públicas, que estendem o papel da democracia, voltadas para as esferas sociais em diversos setores, como educação e cultura.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A partir do questionário aplicado no Instituto Estadual Padre Francisco Garcia – São Borja – RS em agosto de 2018 com a turma 311, foi possível levantar o perfil dos 21 participantes, verificar através das respostas se existia racismo em relação a negros e

indígenas, sexismo para com a mulher, assim como a forma que se identificam perante essas questões e a visão política deles a respeito destes assuntos. As primeiras 6 perguntas se referiam aos dados básicos sobre os estudantes, como sexo, idade, bairro, profissão do responsável, se faz atividade fora da escola. As questões de 7 a 18 contemplando as questões raciais e de gênero, de 19 a 22 sobre política e finalmente de 23 a 25 a respeito das pretensões pro ensino superior, estas últimas sendo irrelevantes para esta análise. Pode-se perceber dificuldade de alguns participantes perante a termos como “etnia”, por conhecerem apenas o termo “raça”, sendo então necessário que este termo seja aplicado com mais clareza no cotidiano para que se forme uma melhor compreensão por parte dos alunos, trabalhando o termo ao longo do projeto. A partir do perfilamento dos participantes, foi possível um melhor direcionamento das oficinas que estão sendo aplicadas ao longo do desenvolvimento do projeto. Deste, alguns dados se mostraram bem relevantes e claros, demonstrando a necessidade de que estes temas sejam debatidos em sala de aula, como pode se observar nos gráficos abaixo:

Gráfico 1 – Questão 7: Em relação a cor da pele, você se considera:

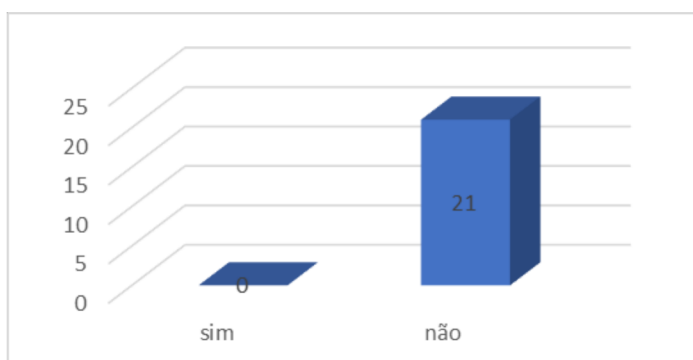


Fonte: Dados obtidos através do questionário, 2018.

Aqui é possível observar que a questão da identificação racial se dá de forma muito confusa para os participantes, onde 6 participantes (28,57%) escolheu não declarar ou que não sabe. De outro, a maioria de 8 participantes (38%) declarou-se pardo. Sabe-se que esta questão sempre se deu de forma confusa ao Brasil, devido a grande miscigenação presente na nossa sociedade ao longo da história, mas também devido aos preconceitos proferidos ao se identificar como negro ou indígena, situação que costumava ser evitada e vista com maus olhos pela sociedade brasileira, devido a nosso histórico de escravidão e exploração destes. Foi acrescentado por um estudante durante um encontro de debate que o mesmo costuma escutar desde criança que ser indígena ou “bugre” é algo negativo. Em relação, na questão 15, “Você já foi vítima de algum tipo de preconceito de ordem étnica?”, 24% dos participantes (5 estudantes) apontou já ter sofrido preconceito de alguma forma em relação a cor da sua pele.

Ademais, na questão 11, “Você acha que no Brasil, negros, brancos, indígenas, são tratados da mesma forma?”, os participantes foram unânimes ao responder que há de fato desigualdade racial na sociedade brasileira, mostrando certa consciência política já desenvolvida pela parte destes. Quanto ao debate ao redor da questão da igualdade de gênero, apenas 1 participante (5%) acredita que há igualdade entre homens e mulheres no Brasil, resultado esperado e de certa forma satisfatório, pois mostra consciência da maior parte da turma a respeito dos problemas da desigualdade de gênero.

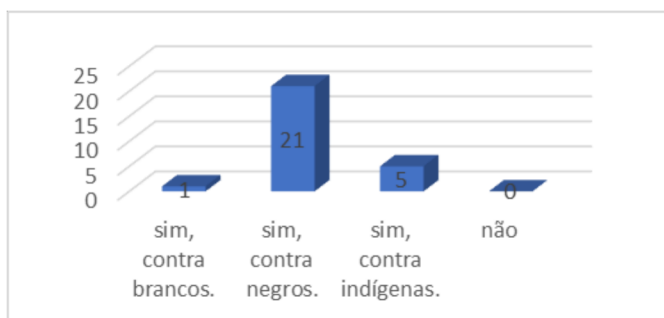
Gráfico 2 – Questão 11: Você acha que no Brasil, negros, brancos, indígenas, são tratados da mesma forma?



Fonte: Dados obtidos através do questionário, 2018.

Na questão 14, que aponta a existência de preconceitos étnicos no Brasil, a totalidade da turma (21 participantes) apontou existir preconceito contra negros. Além disto, 24% (5 estudantes) apontou existir preconceito contra indígenas e 5% (1 participante) apontou existir preconceito contra brancos. Estas respostas refletem a necessidade da abordagem do tema juntamente com a turma, para que seja melhor compreendida a questão do preconceito contra o indígena, que se mostra claro na sociedade brasileira, porém de forma tão enraizada, que mal é visto como preconceito pelos estudantes, como constatado. Além disto, a maioria deles mostrou uma visão otimista, e declararam acreditar que os preconceitos existem, porém estão diminuindo gradativamente ao que avançamos como nação consciente de suas raízes e de sua diversidade étnica.

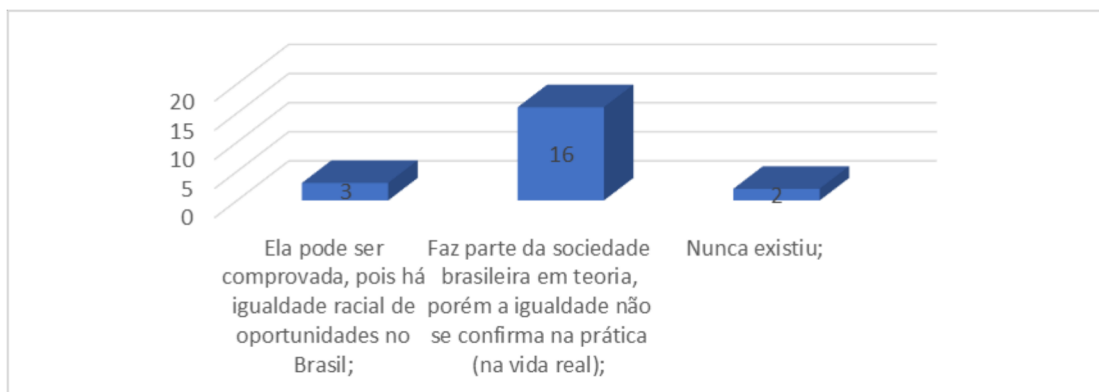
Gráfico 3- Questão 14: Você identifica no Brasil algum preconceito de ordem étnica? (mais de uma resposta possível)



Fonte: Dados obtidos através do questionário, 2018.

Ainda, mostra-se necessário em complemento debater sobre as oportunidades no mercado de trabalho e de estudo, onde a maioria (16 participantes) concordou que a igualdade só existe em teoria, não fazendo parte da realidade social vivida no Brasil. Em contrapartida, 3 participantes apontam existir igualdade de oportunidades para todos no Brasil, dado contrastante com o fato verificado anteriormente no gráfico 2.

Gráfico 4 – Questão 16: Em relação a ideia de haver igualdade de oportunidades para todos os grupos étnicos (brancos, negros, indígenas, etc) no Brasil, você diria que:



Fonte: Dados obtidos através do questionário, 2018.

Em geral, a maioria dos participantes também demonstram reconhecer a importância da política na vida deles e entendem razoavelmente as questões políticas do país. Em contraste, uma parte significativa de 6 participantes declarou não entender ou não gostar de política (dado obtido através do questionário e diálogo com os estudantes). Os dados aqui expostos mostram, assim, a necessidade de explicar e debater o que são e como se aplicam políticas públicas na sociedade, além de introduzir durante as oficinas conceitos básicos em política como por exemplo como por exemplo quais as competências do judiciário, executivo e legislativo, o que é privatização, o que são cotas, entre outros, afim de aumentar a compreensão e por consequência a participação política dos jovens estudantes em São Borja.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do questionário, torna-se possível construir um perfil atual do jovem estudante do ensino médio de São Borja, para então repensar o quanto evoluiu ou regrediu a participação da juventude nas questões políticas no Brasil, especialmente em temas que envolvem o desenvolvimento social do país e principalmente da comunidade em que habitam. Tal atitude está ligada a necessidade de chamar a atenção dos órgãos públicos competentes para a necessidade de implementação e melhora de políticas públicas voltadas para a educação, indígena ou não, para que estes jovens possam melhor desenvolver seu senso crítico e cidadania, afastando-os de situações de risco. A nível acadêmico almeja-se então, a publicação de artigos científicos em seminários, congressos, simpósios e periódicos sobre a experiência obtida com o projeto, trabalho que pode instigar a formação de grupos de estudos, pesquisas, especializações, ou ainda, incentivar a busca de aprimoramento constante por parte dos acadêmicos e docentes. Dessa forma, os resultados obtidos com a realização deste Projeto terão grande impacto nas produções acadêmicas relacionadas à educação no âmbito regional, nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacyr. A educação contra a educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da exclusão : o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1995.